

## EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO RIO GRANDE DO NORTE: EDUCAÇÃO E CULTURA NO CATU DOS ELEOTÉRIOS

Guilherme Luiz Pereira Costa; Karlla Christine Araújo Souza

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – [guilhermelpcosta15@gmail.com](mailto:guilhermelpcosta15@gmail.com) ;  
[karlla\\_chris@yahoo.com.br](mailto:karlla_chris@yahoo.com.br)*

**RESUMO:** Os povos indígenas são vistos e tratados como parte do folclore brasileiro ou como fantasia carnavalesca. A visão preconcebida acerca desses grupos étnicos, tem perpassado como uma herança cultural. Na educação regular, cada vez mais acontece a degradação da imagem do indígena. Isso contribui significativamente para a discriminação dos poucos povos que ainda entendem e afirmam-se enquanto descendentes de índios. A imagem distorcida que é propagada tem camuflado a importância dos indígenas na constituição social brasileira. Pensando a educação como capaz de transmitir conhecimentos de uma geração para outras, torna-se indispensável buscar entender a qual a real função desempenhada pela Escola Municipal João Lino, enquanto única instituição de Educação Escolar Indígena do Estado do Rio Grande do Norte. O processo de integração sofrido pelo índio na sociedade nacional resultou em perda de aspectos culturais singulares de diversos grupos indígenas. Por outro lado, esse processo não ocasionou o desaparecimento desses povos. Acreditamos ser necessário atribuir valores à essa escola e problematizar a sua real relevância para uma Educação Escolar Indígena de qualidade. Precisamos problematizar qual seria o papel da mediação do conhecimento indígena na preservação e manutenção da cultura desses povos. Percebendo e focando naquilo que há de mais específico e próprio em sua forma de ensino-aprendizagem e identidade. A Escola no Catu é a prova concreta que educação e cultura estão vinculadas. Atribuindo um novo significado, partindo de uma nova visão. Ou seja, ressignificando o modo de se comportar de cada pessoa, em cada cultura.

**Palavras-chave:** Indígenas, Educação, Catu dos Eleotérios, Rio Grande do Norte.

### INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui se segue é resultado da discussão proposta em um projeto<sup>1</sup> de pesquisa submetido à disciplina Seminário de Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no ano de 2018. A intenção é tratar da Educação Escolar Indígena em uma instituição de Ensino Fundamental, situada em comunidade

---

<sup>1</sup> Orientado pelo Prof. Dr. Guilherme Paiva Carvalho Martins <<http://lattes.cnpq.br/3595938663091810>> e pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Karlla Christine Araújo Souza <<http://lattes.cnpq.br/7854992615556435>>.

indígena denominada Catu dos Eleotérios. Além disso, é necessário frisar que na mesma comunidade existe uma outra escola, mas não é caracterizada como escola indígena. Para adentrar nas motivações que levaria à necessidade de uma educação diferenciada é preciso situar os povos indígenas em meio à sociedade envolvente.

Em programas televisivos, jornais ou principalmente em livros didáticos, nos deparamos constantemente com notícias de que não existem mais índios nos dias atuais em território brasileiro. Além disso, aprendemos que índio é um ser preguiçoso, burro, imoral, primitivo e outros adjetivos que permitem equívocos sobre a condição social deles. A imagem que é transmitida dos indígenas, é concebida de maneira preconceituosa e estereotipada. Percebe-se assim que os povos indígenas são vistos e tratados como parte do folclore brasileiro ou como fantasia carnavalesca. Notamos que a visão preconcebida acerca desses grupos étnicos tem perpassado como uma herança cultural.

Vivendo em centros urbanos, vestindo roupas jeans, calçando sapatos, utilizando aparelhos de telefonia para se comunicar ou para entretenimento e falando português. Nos parece uma pessoa como qualquer outra em meio as demais no Brasil. Mas se nos for dito que se trata aqui de um índio, certamente, partindo do senso comum, jogaríamos que o sujeito anteriormente caracterizado é menos indígena do que os outros.

Uma vez pensando a constituição do povo brasileiro e refletindo acerca da importância dos povos indígenas para o desenvolvimento do país, chegaríamos a conclusão de que muito se deve aos primeiros brasileiros e que não consiste uma tarefa fácil pôr fim a dívida que possuímos com ele. Utilizando dessa reflexão, Cohn (2001) assegura que uma forma de mudar o quadro de inferioridade que foi imposto até então, seria deixar os moradores nativos em paz. Contudo, “deixá-los em paz” torna-se uma questão de difícil resposta.

Precisamos problematizar qual o seria o papel da mediação do conhecimento indígena na preservação e manutenção da cultura desses povos. Percebendo e focando naquilo que há de mais específico e próprio em sua forma de ensino-aprendizagem, importante para manutenção dos costumes, saberes e valores de sua cultura. Vemos o exemplo da Comunidade do Catu, no Rio Grande do Norte, como um ponto de partida para pesquisar acerca da educação nas escolas diferenciadas. É importante deixar claro que existem outras escolas indígenas pelo Brasil, mas pesquisas apontam que muitas delas correspondem apenas às mesmas instituições integracionistas, sendo a nomenclatura [Escola Indígena] o único diferencial.

Acreditamos que o conhecimento é uma arma contra qualquer tipo de preconceito e discriminação. Então, é necessário refletir acerca de uma educação indígena para impedir o extermínio de um povo e para o respeito das diferenças e visão de mundo. Refletindo como é mediado o ensino dentro da própria comunidade. Servindo assim, como instrumento para revisar a imagem de senso comum do índio brasileiro. O serviço prestado dentro da comunidade, nos mostra que é praticamente impossível tratar de uma cultura sem pensar como acontece a inserção de seus membros em uma sociedade capitalista pela educação.

Tradicionalmente, nas Ciências Sociais, estávamos acostumados a pensar a importância da educação como mecanismo de coerção: reprodução e conservação de uma cultura dominante. Pensando a educação como capaz de transmitir conhecimentos de uma geração para outras, torna-se indispensável buscar entender qual a real função desempenhada pela Escola Municipal João Lino da Silva enquanto única instituição de Educação Escolar Indígena do Estado do Rio Grande do Norte. Escola essa presente na comunidade do Catu dos Eleotérios. Comunidade indígena situada entre as cidades de Canguaretama e Goianinha, Rio Grande do Norte, que conta com cerca de 800 membros, onde a maioria dos moradores se reconhece enquanto indígena.

A discussão aqui iniciada é fruto do empenho de populações e indivíduos que se reconhecem e reivindicam seus direitos enquanto indígenas. A vergonha que existia e a necessidade de se esconder debaixo de outras denominações, dão lugar ao sentimento de pertencimento, afirmação étnica e orgulho. Por outro lado, ainda persiste a briga até mesmo para poder ser reconhecido.

## **METODOLOGIA**

Devemos procurar entender se essa escola diferenciada instituída nessa comunidade indígena representa apenas mais uma instituição de mera reprodução de ideologias colonizadoras ou se é uma importante ferramenta para assegurar a mediação do conhecimento produzido por um povo específico. Acreditamos ser necessário atribuir valores à escola e problematizar a sua real relevância para uma Educação Escolar Indígena de qualidade. Mas principalmente, para essa comunidade, que luta pelo seu reconhecimento.

Partimos do pressuposto que uma instituição que oferece educação diferenciada e voltada para um grupo étnico, demanda especificidades em sua construção e constituição.

Sendo assim, a nossa problemática se construía inicialmente na busca de entender o que diferencia a Escola João Lino da Silva das outras instituições de educação básica.

Trata-se de uma pesquisa com enfoque qualitativo e de cunho etnográfico, inicialmente com levantamento bibliográfico. É preciso analisar as informações já existentes a respeito da Comunidade. Assim, otimizamos o tempo da pesquisa e, além disso, podemos parar para refletir acerca de pontos que podem ser importantes no decorrer do nosso trabalho.

Grupos de pesquisas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) têm dedicado trabalhos acerca da Comunidade do Catu e outras comunidades indígenas potiguares. Os resultados dessas pesquisas são de extrema pertinência para entender melhor a organização da comunidade e da presença indígena no estado. Além de ter acesso ao acervo que encontra-se disponível na internet, é interessante manter contato com os esses estudiosos ou uma nova consulta à biblioteca da UFRN e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN- Campus Canguaretama), já que pesquisadores dessas duas instituições mostram-se atualmente interessados na questão indígena e estão constantemente presentes na Comunidade.

Apenas a leitura de bibliografia selecionada sobre o assunto não é suficiente para suprir os objetivos inseridos nesse projeto. Sendo assim, compreendo ser necessário uma pesquisa empírica, pois, para conhecer diretamente com o ensino é proporcionado na comunidade, é indispensável algumas visitas à Escola Municipal João Lino para observar a funcionalidade da instituição, para fazer entrevistas e, se necessário, a aplicação de questionários e não podemos deixar de lado uma análise do Projeto Político Pedagógico da escola.

Contudo, não pode-se esquecer de levar em consideração o posicionamento dos professores sobre a escola. Sendo assim, deve-se considerar que a formação e atuação dos docentes de uma escola indígena requer uma reflexão mais aprofundada acerca do tipo de mediação e transmissão de conhecimentos que acontece dentro da instituição de ensino. Além disso, é percebido o papel de protagonista dos professores dentro do Movimento Indígena no Brasil. Esses sujeitos de atuação, na maioria dos casos analisados, são mais do que professores. Eles são a própria representação da comunidade frente ao Estado. São as lideranças.

## RESULTADOS

Desde o contato com o colonizador, os indígenas passam por graves situações de conflitos, seja por território, extermínio, escravidão ou invisibilidade de suas culturas perante as ações integracionistas. Hoje, a tecnologia a disposição do homem branco é um forte fator de risco para povos tradicionais. O entendimento das diferenças não esteve presente nesses mais de 500 anos de história, existindo apenas a tentativa de uma única identidade nacional.

Os povos indígenas contemporâneos buscam viver as memórias de seus antepassados, projetando um futuro baseado na compreensão das diferenças de seus povos. Para isso, Baniwa (2006), enquanto indígena, diz que não adianta pensar somente sobre a visão que o homem branco tem do índio, mas devemos refletir também como os próprios indígenas se identificam perante a sociedade brasileira.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, os direitos dos indígenas diante do Estado foram reconhecidos, fazendo com que esses povos étnicos brasileiros deixassem de ser tratados como incapazes e fossem protagonistas. Protagonistas porque essa conquista histórica não foi fruto de paternalismo do Estado. Nessa época (1970-1980), a atuação de lideranças indígenas e organização apoiada de importantes aliados, tomou forma como importante período de resistência, atuação política e interesses coletivos.

Na educação regular ofertada nas escolas comuns, cada vez mais tem acontecido a degradação da imagem do indígena. Isso contribui significativamente para a discriminação dos poucos povos que ainda entendem e afirmam-se enquanto descendentes de índios. Mas a falta de tolerância à cultura dos primeiros brasileiros ultrapassa o campo das concepções daquilo que entende-se por avanço e progresso.

Desde a chegada dos portugueses e da instauração de um projeto pedagógico aplicado pelos jesuítas, os nativos das terras brasileiras encontravam-se diante de um processo integracionista. Do período da ditadura militar até a Constituição de 1988, persistia o processo de integração e homogeneização de identidades étnicas.

Infelizmente, mesmo em meio à diversidade cultural existente, tratando-se do nosso país, ainda não reconhecemos devidamente a realidade indígena. Sabemos muito pouco acerca dos índios e como eles se organizam. A imagem distorcida que é propagada tem camuflado a importância dos indígenas na constituição social brasileira. Devido à falta de compreensão e respeito pelo modo de organização social e econômico indígena por parte do “homem

branco”, esses povos estão perdendo não somente aspectos culturais. Existe uma luta diária contra a expansão de atividades agrícolas e de exploração de territórios ocupados pelos índios.

Antes da Constituinte de 1988, toda a legislação entendia ser dever do Estado resguardar a respeito dos direitos de igualdade dos povos indígenas. Mas por essa igualdade entendia-se como homogeneidade. Ou seja, todos os marginalizados (leia-se indígenas) deveriam ser assimilados culturalmente na sociedade nacional. Com isso, a integração não possibilitaria uma compreensão das diferenças, causando discriminação.

Nota-se que as mobilizações indígenas, a partir da década de 1970 (mesmo considerando os atos de resistência desde o período de colonização, para sermos mais justos), têm tomado rumos favoráveis aos índios, mas, como trata Cunha (2012), é uma luta que deve ser travada em parceria tanto com o Estado brasileiro quanto a comunidade internacional.

A existência de diferentes etnias em um país rico em biodiversidade como o Brasil, também mostra-se importante respeitar sua “sociodiversidade”, como um processo de sobrevivência por meio do reconhecimento dos grupos/sociedades. Para manter-se essa diversidade, é preciso garantir condições de sobrevivência das sociedades que a produzem.

## **DISCUSSÃO**

O processo de integração sofrido pelo índio na sociedade nacional resultou em perda de aspectos culturais singulares de diversos grupos indígenas. Por outro lado, esse processo não ocasionou o desaparecimento desses povos. Mesmo em meio à inserção na sociedade dita civilizada, pesquisas apontam para um crescimento populacional dos índios no Brasil nas últimas décadas. Com esse crescimento da população (ainda que não represente sequer 0,1% da população nacional), o índio tornou-se parte do nosso presente e evidencia-se que eles manterão presença no nosso futuro. O próprio aumento populacional não representa um simples crescimento demográfico, mas representa um verdadeiro processo autoafirmativo indígena.

Atualmente pouco se tem produzido sobre a Comunidade Catu, principalmente sobre a Educação Escolar Indígena entre os índios dessa localidade. Durante o levantamento bibliográfico inicial, foram encontradas três dissertações de mestrado e uma monografia, todas disponíveis no site da UFRN. Essas dissertações e a monografia são correspondentes a pesquisas que trabalham diferentes aspectos da Comunidade do Catu.

Os trabalhos de conclusão de curso de Silva (2007), Silva (2016) e Moritz (2010) nos ajudam a entender melhor geografia e a história da Comunidade do Catu dos Eleotérios e como aqueles moradores que se identificam enquanto indígenas, procuram preservar sua cultura frente ao processo de avanço do “homem branco” no espaço que eles ocupam. Nesses trabalhos, os pesquisadores tratam as relações políticas e a questão da construção da etnicidade, não deixando de lado a importância do turismo como fator de visibilidade da comunidade e da consciência ambiental desses indígenas. Por trás desse histórico de luta discutidos nos trabalhos dessas pesquisadoras, podemos pensar sobre a real necessidade de uma educação que atenda as especificidades de uma etnia.

Além disso, é de extrema relevância buscar analisar as exigências legais sobre a Educação Escolar Indígena e o que tem sido produzido e praticado pelo MEC (Ministério da Educação) para refletir sobre o assunto. Devemos compreender como a Constituição de 1988 defende os povos indígenas e como as práticas pedagógicas desenvolvidas desde estão em consonância com as Leis. O MEC disponibiliza material sobre os indígenas no país. Sendo assim, essas matérias são importantes como parâmetros da nossa pesquisa.

Como já foi dito antes, nem toda escola que recebe o nome de Escola Indígena é realmente uma instituição diferenciada. Witembergue Gomes Zaparoli (UFMA) organizou uma obra com alguns artigos de pesquisadores brasileiros a respeito de experiências em comunidades indígenas. Essa obra representa as diversas possibilidades de entender que os povos são verdadeiramente diferentes e que precisam de um ensino específico, capaz de atender os moradores de cada comunidade:

Apresentam-se nesta obra o olhar de vinte pesquisadores, vinculados a diversos grupos de pesquisas, cujas práticas têm se voltado ao estudo da educação indígena e da educação escolar indígena. Ao longo dos dezessete capítulos aqui reunidos, realizamos uma interlocução com os povos indígenas Apinayé, Krikati, Wai-wai, Krahô, Tentehar no Maranhão, Palikur, Galibi Marworno, Karipuna, Galibi Kaliña, Kaingang, Omágua/ Kambeba e Pataxó. Os textos nos instigam a conhecer as particularidades e os conhecimentos produzidos com esses povos indígenas, encantados pelo viver de sua cultura. (ZAPAROLI, 2017, p.10)

Muitas vezes, a escola mantém-se como reprodutora de desigualdades sociais, ocasionando a exclusão daqueles que não se encaixam nos padrões de conservação. Considerando a contribuição de Pierre Bourdieu (1998), pode-se pensar a escola como mecanismo de propagação de desigualdades e hierarquização.

Seria essa instituição encarregada de perpassar ideologias dominantes. Émile Durkheim (2011) trata da questão do papel da educação (ou educações, como o próprio autor

utiliza) na sociedade. Ele contribui com uma discussão acerca da escola perante a história: apesar de reproduzida e reprodutora, a educação, para Durkheim, é aquilo que diferencia os homens dos outros animais e de seus semelhantes.

Durante nossa visita à comunidade, as crianças corriam brincando no pátio da escola, sem parecer nem um pouco incomodadas ou constrangidas com nossas presenças ali. Mas o que realmente nos instigou foi a pintura corporal, feito pelo um dos professor e algumas cria. A tinta para a pintura é obtida a partir de mistura das sementes do urucum e água. Em alguns eventos mais importantes, usa-se as sementes do jenipapo. Cada desenho tem seu significado e são também diferentes para ambos os sexos. Nos homens guerreiros, pintam-se o rosto, ao redor dos olhos e o peito com jenipapo, as mulheres pintam as bochechas. Os desenhos representam os seres da floresta.

De imediato e sem qualquer objeção, as próprias crianças se disponibilizaram a fazer as pinturas corporais na nossa turma de visitantes. A disponibilidade percebida a partir da simpatia dos alunos da escola nos leva a entender que, para eles, a escola é apenas uma extensão de seus lares: os conhecimentos do cotidiano são mediados dentro da própria instituição.

## **CONCLUSÕES**

Mesmo a busca de assimilação possuindo forte poder, as culturas indígenas não foram definitivamente perdidas, acontece então uma reconstituição dessas culturas (COHN, 2001). Os indígenas criaram mecanismos que foram (e continuam sendo) utilizados para assegurar a existências das comunidades. A transmissão de conhecimentos tradicionais representa uma importante ferramenta a favor da preservação e manutenção dos costumes dos povos.

Independentemente de como ocorre a transmissão de saberes, a educação é representante de um dos mecanismos já citados aqui. Percebida de diversas formas entre os membros das diversas comunidades indígenas brasileiras. Cabe deixar claro que a ideia de transmissão, aprendizado e conhecimento pode ser desempenhada por diferentes perspectivas. A partir dos estudos a respeito do ensino proporcionado entre os indígenas, inexistem um único modelo de educação ou de escola, pois as próprias comunidades possuem suas especificidades em comparação as outras.



Uma educação diferenciada significa entender que as escolas sempre foram usadas como imposição de valores e ideias dominantes culturalmente:

Na verdade, a escola indígena é, como outra qualquer, dirigida para uma formação universalizada, homogeneizadora dos valores, princípios e da cultura ocidental, implantada por meio de uma pedagogia estranha ao universo cosmológico das sociedades indígenas. Seu conteúdo ideológico está voltado para os interesses capitalistas. Mesmo dentro da escola indígena, as “coisas de índio” são apresentadas às crianças como algo exótico e fora da realidade do mundo moderno. (ISAAC; RODRIGUES, 2017, p. 83).

Assim, uma Escola Indígena realmente interessante para os indígenas deve ser a promotora da construção de uma nova história, procurando somar políticas que revertam os impactos que ainda persistem da colonização. Podemos visualizar esse processo como apropriação de uma instituição estrangeira em prol dos povos indígenas.

Inicialmente, a escola não era de Educação Indígena. Somente em 2008 houve essa sistematização. Os próprios indígenas não aceitaram a escola como ferramenta que mudaria sua cultura. Os potiguaras se reuniram para encontrar medidas contra a instituição (pelo menos contra o ensino prestado por ela). Protestaram na rua da câmara municipal de Canguaretama exigindo a retratação. Contaram com ajuda de pesquisadores. Queriam mostrar que a escola era diferente, mas não somente no papel.

Segundo o cacique da comunidade, o contato com a cultura do branco nunca foi um ponto negativo para eles, mas o problema consiste na maneira como o homem da cidade ver a cultura indígena. Para ele o muro daquela escola não representa limite nenhum. Aquela barreira que delimita o perímetro é apenas conversão do homem branco, pois a instituição é de qualquer um que mora no povoado ou queira aprender a partir dela. Sendo assim, a resistência à educação escolar (pelo menos da escola colonizadora) não se dar como recusa aos saberes não-indígenas, mas apresenta-se na não aceitação dos conhecimentos ocidentais como únicos. Recusam a escola como poder homogeneizador.

A partir das ações desenvolvidas nessa comunidade indígena (a tentativa de preservação da língua nativa; da dança; dos rituais religiosos e da fé, em meio a “perseguição” causada pelo homem branco), podemos entender a importância de preservar a cultura que não é a nossa e vê-la de uma forma diferente. A Escola que está sendo constituída no Catu é a prova concreta que educação e cultura estão vinculadas. Atribuindo um novo significado, partindo de uma nova visão. Ou seja, ressignificando o modo de se comportar de cada pessoa, em cada cultura.

Se fôssemos capazes de compreender ou simplesmente de respeitar o comportamento alheio ou os costumes das culturas que diferenciam-se da nossa, certamente os índios, assim como as outras minorias, não seriam alvo de práticas de extermínio. É dentro do contexto social, cultural e econômico que o aluno, enquanto sujeito de aprendizagem, deve reconhecer o valor de sua cultura.

## REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. O índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BOURDIEU, P. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: CATANI, A. (org). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

COHN, Clarice. Culturas em Transformação: os índios e a civilização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p.36-42, 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: História, direitos e cidadania**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

ISAAC, Paulo Augusto Mário; RODRIGUES, Sílvia de Fátima Pilegi. Educação Escolar Indígena: Impactos e novas formas de colonização. **Revista Cocar**, Belém, v. 11, n. 22, p.60-86, 2017.

MORITZ, Tatiana. **Turismo no espaço rural e comunidades tradicionais: uma análise das percepções da Comunidade do Catu/RN**. Natal: UFRN, 2010.76 p. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Programa de Pós-Graduação em Turismo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SILVA, Claudia Maria Moreira da. **Em busca da realidade, a experiência da etnicidade dos Eleotério (Catu/RN)**. Natal: UFRN, 2007. 281 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SILVA, Gildy-cler Ferreira da. **Nós, os potiguaras do Catu: emergência étnica e territorialização no Rio Grande do Norte (século XXI)**. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

ZAPAROLI, Witembergue Gomes (org). **Caminhos e encontros na educação de indígenas**. Imperatriz: Ethos, 2017.